



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR**

Referência n.º 8501465-66.2016.8.06.0026

Assunto: Providência/Transferência de Pessoas Estrangeiras Condenadas

Interessado: Conselho Nacional de Justiça

DESPACHO/OFÍCIO CIRCULAR Nº 072/2016/CGJ-CE

Cuida-se de procedimento administrativo instaurado em decorrência de expediente advindo do colendo Conselho Nacional de Justiça, pelo qual solicita a esta Casa Correcional a mais ampla divulgação entre todos os Juízes Criminais e de Execução Penal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, acerca das informações (disponibilizadas em três idiomas) sobre os novos procedimentos relacionados com o instituto da Transferência de Pessoas Estrangeiras Condenadas, atendendo solicitação do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça.

Expeça-se portanto ofício circular endereçado aos Juízes de Direito responsáveis pelas Varas Criminais e de Execução Penal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a fim de que tomem ciência acerca dos novos procedimentos relacionados com o instituto da Transferência de Pessoas Estrangeiras Condenadas. Ato contínuo expeçam-se ofício ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), na pessoa de sua supervisora a eminente Desembargadora Maria Edna Martins, bem como ao Ministério Público do Estado do Ceará, à Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, à Ordem dos Advogados – Seção Ceará e finalmente à Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará, encaminhando-lhes cópia da inicial e documentos anexos.

Cópia deste despacho servirá como Ofício Circular, o qual deverá ser publicado acompanhado dos documentos de fls. 02/09.

Cumpridas as devidas diligências, de tudo certificado. Arquivem-se.

Cientifique-se ao colendo Conselho Nacional de Justiça, acerca da medida adotada.

À Diretoria Geral deste Órgão Corregedor para as providências.

Fortaleza, 25 de maio de 2016.


Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva
Corregedor Geral da Justiça